



Brasília, 26 de agosto de 2024.

## Relatório da Reunião entre FASUBRA Sindical e EBSEH

No dia 21 de agosto de 2024, de 16h às 18h, na sede nacional da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH), a FASUBRA Sindical se reuniu com a Diretoria de Gestão de Pessoas da EBSEH, Assessoria da presidência da empresa e a Assessoria Jurídica.

A reunião tratou a seguinte pauta: 1) Democratização da gestão dos hospitais universitários; 2) Registro das trabalhadoras e trabalhadores RJU no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); 3) Respeito a liberdade de atuação do movimento sindical nos hospitais universitários

A reunião contou com a presença de 5 representantes da EBSEH e 8 representantes da FASUBRA Sindical.

A reunião se iniciou com a FASUBRA apresentando para a representação da EBSEH o projeto de HUs e o Projeto Universidade Cidadã para as trabalhadoras e trabalhadores; ilustrando o acúmulo da Federação sobre esses temas para a formulação de políticas públicas. Após essa apresentação, a FASUBRA iniciou o debate no primeiro ponto de pauta, expondo que a estrutura de organização de gestão da EBSEH não está pautada nas perspectivas e princípios da Lei 8080/1990 e Lei 8142/1990 que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que não existe em nenhum hospital universitário gerido pela EBSEH a existência de um colegiado gestor deliberativo, para refletir sobre os rumos das políticas administrativas e acadêmicas; por não existir nenhum mecanismo de controle social para as atividades desenvolvidas nesses estabelecimentos de assistência e ensino/pesquisa, e por não existir na maioria dos hospitais qualquer processo de consulta eleitoral para a escolha dos superintendentes locais.

A FASUBRA externou que essa realidade é antagônica à perspectiva de construir uma gestão para os hospitais universitários estruturada nos princípios do SUS e à perspectiva de se buscar a construção de uma gestão humanizada nas relações de trabalho. Assim, registrou que é possível modificar essa realidade, alterando os dispositivos constantes no regimento e estatuto da EBSEH.



A representação da EBSEERH respondeu que tem acordo com a reivindicação da FASUBRA em relação a necessidade de se instituir colegiados gestores; por entender que o controle social é um mecanismo que deve constar na estrutura organizacional da EBSEERH e que já iniciaram esse debate internamente. Porém, a representação da EBSEERH manifestou oposição a reivindicação da FASUBRA a respeito da instituição de processos de consultas eleitorais para a escolha dos superintendentes locais e os demais cargos da estrutura de gestão da Empresa, mas que está disposta a realizar esse debate com a FASUBRA.

A FASUBRA, em sua tréplica, compreendeu que se configura como um aspecto positivo o fato da atual diretoria executiva da EBSEERH, se posicionar favorável a constituição de colegiados gestores deliberativos em sua estrutura de gestão, se pautando na perspectiva do controle social. E reiterou a necessidade e a viabilidade de se instituir formalmente processos de consultas eleitorais para a escolha dos superintendentes locais e os demais cargos da estrutura de gestão da Empresa. A FASUBRA propôs como encaminhamento do ponto de pauta, que a EBSEERH institua um Grupo de Trabalho com tempo definido de 90 dias, para a constituição de espaços para debater caminhos para a construção de colegiados gestores deliberativos nos hospitais universitários com a participação de gestores/as, trabalhadoras/es CLT e RJs e usuárias/es; bem como para debater as divergências sobre a instituição de processos de consultas eleitorais para a escolha dos superintendentes locais e os demais cargos da estrutura de gestão da Empresa; visando a busca de algumas sínteses.

Ao final do debate, a representação da EBSEERH se dispôs a avaliar, até a próxima reunião da sua Diretoria Executiva, a intenção da FASUBRA de constituição de Grupo de Trabalho Institucional com EBSEERH para tratar de colegiados gestores com representação dos/as trabalhadores/as e eleição para superintendentes; e apresentará o resultado dessa discussão interna durante a próxima reunião com a FASUBRA.

No segundo ponto de pauta, a FASUBRA Sindical lembrou que durante a última reunião com a Diretoria Executivas da EBSEERH, foi informado que a diretoria executiva tinha acordo com a inclusão de uma terceira opção que contemple a condição da trabalhadora e trabalhador vinculado ao Regime Jurídico Único no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), e que havia informado que a responsabilidade do sistema é do Ministério da Saúde, e que já haviam solicitado a alteração de uma



Portaria Interministerial ainda em vigor que estabelece apenas as duas opções ainda disponíveis hoje, para que a médio prazo inclua a terceira opção denominada “Estatutário em Exercício”.

Após lembrar esse informe, a FASUBRA solicitou a possibilidade da EBSEERH disponibilizar a documentação formal emitida pela Empresa para o Ministério da Saúde solicitando a inclusão de uma denominação no CNES que contemple as/os trabalhadoras/es RJUs no CNES.

A representação EBSEERH respondeu que disponibilizará para a FASUBRA via email até dia 31 de agosto de 2024, a documentação enviada para o Ministério da Saúde tratando desse tema. E informou que nos próximos dias vão cobrar do Ministério da Saúde respostas sobre essa demanda. A FASUBRA Sindical que já notificou o Ministério da Saúde sobre esse tema, assim que receber essa documentação que será enviada pela EBSEERH, utilizará a referida documentação para fortalecer a atuação junto ao Ministério da Saúde através de sua representação no Conselho Nacional de Saúde (CNS), visando a resolução desse problema.

No último ponto de pauta, a FASUBRA Sindical registrou denúncias por parte de entidades sindicais filiadas, sobre a perspectiva autoritária no trato de algumas superintendências locais contra trabalhadoras/es que atuam no movimento sindical. Assim, ressaltou que a EBSEERH está descumprindo resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nas quais o Brasil é signatário; e reivindicou que a diretoria executiva nacional da EBSEERH atuasse publicamente contra essas posturas anti-sindicais.

A representação EBSEERH acatou o pedido da FASUBRA e emitirá um Ofício Circular em nome da diretoria executiva nacional da Empresa, orientando as superintendências locais a atuarem de forma a respeitar as práticas sindicais dentro dos Hospitais Universitários. Após essa manifestação, a FASUBRA aproveitou o momento para registrar outras denúncias de entidades filiadas a respeito de graves problemas em alguns hospitais universitários, e a representação da EBSEERH solicitou a formalização dessas denúncias via Ofício, para que sejam tratadas pontualmente entre a EBSEERH e a FASUBRA no decorrer do próximo período.

Por fim, ficou encaminhado que a próxima reunião entre FASUBRA Sindical e EBSEERH, ocorrerá de 15h às 17h, no dia 10 de Outubro de 2024, em que dará continuidade ao



debate sobre os temas que compuseram a pauta dessa reunião.

## Relatório sobre a reunião no MEC

Participaram representantes do MEC, do Sinasefe e Fasubra

Pela Fasubra: Cristina, Ivanilda e Almiram

A reunião foi iniciada com o questionamento da FASUBRA sobre a necessidade de termos uma reunião para discutirmos os temas que estão no termo de acordo, como 30 horas e democratização.

Tendo como justificativa da representação do MEC que ainda não tivemos a reunião setorial para estas discussões, porque o regulamento ainda não foi concluído e, para que as decisões tenham efeito junto ao MGI seria necessário que esse regimento já estivesse aprovado.

Essa reunião foi então bilateral, envolvendo MEC e representação dos Técnico-Administrativos, para discutir questões relativas a esse segmento e que poderiam ser encaminhadas pelo próprio MEC.

A pauta tratada foi direcionada à saúde do trabalhador dentro das IFE.

Adicional de periculosidade;

Saúde mental dos trabalhadores e assédio;

Perícia presencial

Sobre o adicional de periculosidade, a bancada sindical cobrou do MEC a atualização dos percentuais, levando em conta que a concessão desse adicional é baseado hoje numa legislação muito antiga e que existem diversos agentes químicos e biológicos que não estão listados nessa legislação. Para além disso que seja levada em conta o trabalho desenvolvido nas IFE, no envolvimento com a pesquisa, o que diferencia em muito da iniciativa privada, quanto à legislação que prevê um período para que os trabalhadores tenham direito ao adicional. Foi levantada também a ausência de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, fruto de muitas reclamações nas instituições, o que coloca em risco a integridade dos trabalhadores. Foi levantada também a necessidade da contratação de profissionais para dar conta de fazer esse trabalho.

Sobre a saúde mental dos trabalhadores, foi exposto pela bancada sindical, situações de trabalhadores que adoecem muitas vezes pelas condições de trabalho e pelo alto índice de assédio nas IFE; que muitas vezes esse estado de saúde é ignorado pelos setores responsáveis, inclusive para trabalhadores que vivem longe de suas famílias e solicitam transferência, com o objetivo de ficar perto, o que poderia amenizar seu estado de saúde. Com isso o problema tem causado não somente a absenteísmo no trabalho, mas tem levado as IFE a terem alto grau de suicídios.

Com isso a bancada sindical se manifestou pela necessidade da constituição de comissões dentro das IFE para fazer o atendimento e acompanhamento da saúde mental dos trabalhadores.

Em relação a perícia presencial, a bancada sindical expos as dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores, especialmente na realidade multi campi que temos hoje nas IFE, onde o trabalhador tem que se deslocar, por muitas horas quando deslocamento terrestre ou até por dias em situações específicas da Amazônia. Que esses trabalhadores geralmente tem que arcar com o custo da viagem com seus próprios recursos e, para além disso, muitas vezes lhes é cobrado a reposição das horas. A solicitação é de que haja uma maior adesão ao sistema de perícia via remota e/ou que para as perícias onde há essa necessidade de deslocamento e tempo para realização, que seja concedida diária para esse trabalhador, no entendimento que resolve as duas questões já que quando é expedida diária oficial, o trabalhador está liberado do ponto.

A representação do MEC, na figura da Tânia Mara Francisco da SESU fez uma fala destacando a importância da reunião e ressaltando que essas reuniões deveriam ocorrer com mais frequência. Se comprometeu a encaminhar as demandas no que fosse pertinente ao MEC e nas demandas das IFE que tem autonomia, iria encaminhar ofício orientando essas instituições.

### **FASUBRA participa de reunião no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**

Na tarde de 19 de agosto de 2024, a direção nacional da FASUBRA se reuniu com Letícia Cesarino, que é chefe da Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Essa reunião ocorreu em virtude de uma solicitação feita pela representação da FASUBRA, diretamente ao gabinete do Ministro Silvio Almeida, com o objetivo de



apresentar a Federação, pedir apoio às nossas pautas de reivindicações junto aos demais setores do Governo, e para discutir a possibilidade de construção de políticas públicas e administrativas na área de direitos humanos que envolve a educação. Além dessa reunião, a FASUBRA já solicitou audiência em outros 9 ministérios, com o objetivo de que os setores do governo reconheçam a Federação como uma entidade formuladora de políticas públicas em defesa da educação pública, saúde pública e da ampliação dos direitos civis e sociais. Essa foi a segunda reunião em atendimento aos nossos pedidos.

A reunião iniciou com a FASUBRA apresentando à assessora do Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, uma breve exposição sobre a trajetória política da nossa Federação. Em seguida, disponibilizou uma cópia dos projetos “Por uma Universidade Cidadã para os trabalhadores e trabalhadoras”, do projeto de hospitais universitários, a cartilha com as resoluções do XXIV Congresso Nacional da FASUBRA, e o Termo de Acordo de Greve nº 11/2024.

Após essa intervenção inicial por parte da FASUBRA, a Letícia Cesarino apresentou para a Federação o organograma administrativo do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, regulamentado pelo Decreto nº 11.341 de 1 de Janeiro de 2023, que estabelece a Assessoria de Participação Social e Diversidade; a Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos; a Assessoria Especial de Comunicação Social; a Assessoria Especial de Assuntos Internacionais e a Assessoria Especial de Controle Interno.

Após essa apresentação, Letícia Cesarino informou que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania constrói ações em conjunto com outros Ministérios (como por exemplo o Ministério das Mulheres), além de apoiar processos de educação não formal e ações extensionistas com as Universidades. Em seguida, informou para a Federação as duas principais ações políticas desenvolvidas pelo Ministério nesse momento, que são: 1) Revisão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) de 2006, estruturado em 5 eixos (Educação Básica, Educação Superior, Educação e Mídia, Educação Não-Formal e Educação de profissionais de justiça e segurança pública), disponível no link <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf> e 2) Criação de uma Rede de articulação de entidades da sociedade civil e representações do Estado, com o objetivo de avançar na construção de uma política pública que institua um Sistema



Nacional de Direitos Humanos no país.

Em seguida, pontuou que no âmbito educacional, o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania elaborou um canal de acolhimento de denúncias que envolvem docentes que sofrem perseguição política e ideológica por parte de setores da extrema direita (via movimento “Escola Sem Partido”), e que a partir desse canal o Ministério atua em defesa política e jurídica de quem é vítima bem como no acolhimento necessário.

A FASUBRA Sindical retomou a palavra e informou para a assessora, que a categoria técnica administrativa em educação também é vítima de ataques políticos e ações judiciais por parte de setores da extrema direita (via movimento “Escola Sem Partido”), e solicitou que o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, avalie a possibilidade de ampliar o canal para prestar apoio e acolhimento para o conjunto de profissionais da educação que são vítimas desses ataques políticos e jurídicos, e não apenas a categoria docente.

A FASUBRA afirmou também que possui interesse em participar do processo de revisão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos bem como em participar da rede de articulação de entidades da sociedade civil e representações do Estado; e consultou a possibilidade de formalizar esses interesses. A Federação também solicitou a possibilidade de construir uma agenda de reuniões com o Ministério que trate de temas relacionados a construção de políticas administrativas interministeriais na área de direitos humanos para as Instituições Públicas de Ensino Superior. A FASUBRA sugeriu inicialmente, a possibilidade de se avançar na elaboração de uma normativa administrativa interministerial que oriente as Instituições Públicas de Ensino Superior a implementar os dispostos do Decreto nº 9.450 de 24 de Julho de 2018 que institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional; uma vez que o Decreto já completa 6 anos de vigência e ainda não se avançou em sua implementação nas Instituições Públicas de Ensino.

Após essa intervenção, chefe da Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania acertou a seguinte proposta de encaminhamento:

A FASUBRA Sindical oficializará via Ofício o interesse em participar do processo de revisão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), e em um



segundo Ofício, oficializará o interesse em participar como integrante da Rede de articulação de entidades da sociedade civil e representações do Estado, que poderá ser instituído no futuro próximo pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Ambos os ofícios deverão ser enviados para o email da Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Sobre o pedido de agenda de reuniões com o Ministério, foi proposto aguardar o início das atividades do processo de revisão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), para pensar uma proposição de pautas e agenda de reuniões.

### Reunião do GT LGBTI+

A Coordenação LGBTQI+ da FASUBRA realizará às 14h do dia 04 de setembro de 2024, uma reunião virtual do GT LGBTQI+ da FASUBRA, para debater os seguintes temas:

- 1) Informe sobre a XVIII Jornada LGBTQI+ realizada nos dias 6 a 8 de agosto de 2024;
- 2) Informe sobre o questionário enviado pela FASUBRA sobre a existência de GT LGBTQI+ ou Coordenação de Combate a opressão;
- 3) Apresentação da proposta metodológica e de cronograma do VI Encontro Nacional LGBTQI+ da FASUBRA que ocorrerá presencialmente em Brasília.

A FASUBRA Sindical informará até dia 03 de setembro nos e-mails das entidades de base e no grupo nacional do WhatsApp do GT LGBTQI+ da FASUBRA, o link da reunião do dia 04 de setembro de 2024.

## CALENDÁRIO

AGOSTO	
21	Reunião com a Diretoria Executiva da EBSERH
22 e 23	Reunião da CNSC
27	Reunião virtual GT Saúde e Hospitais Universitários da FASUBRA-Sindical
SETEMBRO	
04	Reunião Virtual GT LGBTI+
24 e 25	Reunião Direção Nacional
26 e 27	Seminário sobre Carreira
28 e 29	Plenária Nacional





Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978

**OUTUBRO**

<b>14 a 18</b>	<b>XXX Seminário Nacional da Segurança das IFE e EBTTs - UFPE</b>
<b>15 a 17</b>	<b>XI Encontro Nacional de Aposentados(as), Aposentandos(as) e Pensionistas</b>
<b>28</b>	<b>Dia do Servidor Público</b>

**NOVEMBRO**

<b>11 a 14</b>	<b>Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação - UERJ</b>
<b>20</b>	<b>Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra</b>
<b>25</b>	<b>Dia Nacional de Luta pelo fim da violência contra as mulheres</b>
<b>25 a 29</b>	<b>XI Encontro Nacional da CIS - UFRN</b>